



## Audiência Pública - Proposta de Metas Nacionais do Poder Judiciário - Justiça Eleitoral - Ano 2025

participativa na construção de metas nacionais em consonância com a resolução CNJ número 221 de 2016, o objetivo dessa audiência é obter sugestões para a criação TaS metas nacionais do Poder Judiciário da união, em 2025, as quais serão consolidadas e enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral e posteriormente ao Conselho Nacional de Justiça. Pedimos a todas as pessoas presentes que ocupem seus lugares e solicitamos a gentileza de manterem seus celulares no modo silencioso. Compõem a mesa de honra suas excelências as senhoras e senhores, presidente do TRE de Pernambuco, desembargador Adalberto tenho Oliveira Melo.

[Palmas]

>>[Cerimonial]: Vice-presidente e corregedor regional eleitoral, desembargador candidato José da fonte saraiva de Moraes.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Desembargador eleitoral substituto, desembargador Humberto Vasconcelos Júnior.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Presidente da OAB Caruaru, doutor Fernando Antônio de Souza Santos Júnior.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Coordenadora do Curso de Direito, doutora Elba Raváni Alves.

palmas.

>>[Cerimonial]: Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades, suas excelências as senhoras e senhores, o desembargador eleitoral substituto doutor André Caúla. Desembargador eleitoral substituto, doutor Felipe campos. Juiz auxiliar da corregedoria regional eleitoral, doutor Breno Duarte Ribeiro de Oliveira.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Doutor Kevin Gomes, presidente da comissão de direito eleitoral da subseção OAB de Caruaru.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Doutor Sérgio Roberto Almeida Feliciano, promotor eleitoral de pesqueira. Juiz de Direito aposentado e procurador de gravatá, representando o prefeito de gravatá, doutor Basílio guerra. Vereador do município de brejo da Madre de Deus, Isaías Ferreira campos.

[Palmas].



>>[Cerimonial]: Vereadora do município de brejo da Madre de Deus, Maria José Silva Santos. E presidente da comissão de diversidade sexual e gênero da subseção OAB Caruaru, doutora Letícia Assis. Vereador do município de brejo da Madre de Deus, secretária adjunta da subseção OAB Caruaru doutora Deise Karine Vicente. Procuero Tor do Estado de Pernambuco, doutor Agenor Miranda Ribeiro.

[Palmas] presidente da câmara de vereadores do município de cupira, Emerson Ferreira calado. Procuradora legislativa da câmara de cupira, doutora Thaisa Paula da Fonseca Lira. Vereadora do município de cupira, geneci Elia Ramos dos passos. Representando o prefeito de belo jardim Eduardo José Gusmão danda. Vereador do município do brejo da Madre de Deus, Jobson Williams Barros Silva. Vereador do município de brejo da Madre de Deus, Marcelo de Araújo Santos. Inicialmente daremos alguns avisos importantes, para os quais pedimos a atenção de todas e todos. Para registro de presença, contamos com uma equipe de creditamento no auditório, além de cartazes com QR para leitura pelo celular, e haverá outros contendo a inscrição para exposição oral, para as pessoas que ainda não fizeram, lembrando que os pedidos serão analisados pela mesa diretora mediante o tempo disponível. E, por fim, um QR Code para envio de elogios, sugestões ou reclamações sobre o evento. Será enviado por email o certificado de participação com a carga horária do evento até o dia 25 de julho de 2024. Esta audiência está sendo transmitida ao vivo no canal oficial do TRE do YouTube e ficará disponível após o evento. O registro de participação estará disponível através do link no canal. Convidamos nesse momento a todas e todos para assistirem ao vídeo institucional.

>> Defender a democracia é o nosso propósito número um, e isso é compromisso com a liberdade, prezamos pelas múltiplas e diferentes opiniões que fortalecem a liberdade de expressão, mas combatemos a violência e a intolerância, afinal democracia é uma construção coletiva, o voto é peça fundamental nesse processo, ele que nos dá o poder das escolhas, de indicar quem acreditamos que pode nos representar na política. A Justiça Eleitoral cabe garantir eleições livres, seguras, transparentes, inclusivas, para que cada cidadã e cidadão exerça seu direito ao voto, pois todas as vozes precisam ser ouvidas e respeitadas, só assim podemos assegurar uma democracia de verdade, e tudo isso não é somente sobre procedimentos, e sim sobre pessoas. E que trabalham dia após dia construindo um processo eleitoral, e pessoas que são voluntárias para garantir... o direito ao voto, e em segurança. O nosso trabalho, podemos dizer, é sobre se importar com o outro, é sobre prezar pelo futuro, essa convergência e união de propósitos em uma só direção é muito mais do que uma ação, é movimento. Por muitas mãos e vozes unidas pela defesa da constituição, e



pela defesa da democracia sempre. Justiça Eleitoral de Pernambuco. Compromisso com a democracia e com o futuro do nosso país.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Para à abertura do evento tem a palavra o presidente to tribunal regional eleitoral de Pernambuco, o desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

>>[Desembargador]: Boa noite a todos, boa noite a todas. Saudoso presentes, as pessoas do vice-presidente, e correGEdor cândido saraiva, do desembargador Humberto Vasconcelos, desembargador eleitoral André Caúla e diretor-geral do TRE Pernambuco orson Lemos. Excelentíssimos magistrados e magistradas, servidores e servidoras, a advocacia e o público presentes, é com grande satisfação e senso de responsabilidade que nos reunimos hoje nesta Audiência Pública para discutir as metas do Poder Judiciário para 2025, como parte de nossos esforços, contínuos, objetivo se aprimorar a prestação jurisdicional, essa discussão é efetivamente fundamental para garantir que nosso sistema Judiciário esteja alinhado com as necessidades da sociedade. As metas são um instrumento poderoso para impulsionar mudanças positivas e para consolidar práticas que vem dando certo. Elas nos desafiam a repensar processos, adotar tecnologias, e melhorar a eficiência. As metas nacionais, monitoradas pelo Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, refletem nosso compromisso com a excelência na prestação de serviços, elas abrangem áreas como celeridade processual, redução de custos, acesso a justiça. E melhoria nos serviços prestados aos eleitores. Nesse processo de discussão de metas, o tribunal tem sempre em mente a inovação, seja na área administrativa ou na judicial. A inovação não é apenas uma opção, é uma necessidade, o mundo está em constante evolução, e o Judiciário deve acompanhar essas transformações para continuar a servir bem a população. Mas as metas por si só são dados frios, que podem eventualmente estar dissociadas da real necessidade do jurisdicionado. Por isso a importância, de interação com a sociedade para humanizar nossos trabalhos, recebendo o sopro de vida que vem daqueles que são nossa razão maior de existir, a cidadã e o cidadão. Vale destacar à realização desse evento em Caruaru, como forma do TRE se aproximar dos jurisdicionados que estão fisicamente distantes da capital, interiorizar é um dos pilares de ação do tribunal, que o diga a série de ação que temos realizado de forma presencial em vários pontos do Estado. Muitas audiências públicas abordam questões que afetam diretamente comunidades locais, eis aqui um oportunidade única para ouvirmos a voz do agreste. Esta é uma oportunidade para fortalecermos nossa visão coletiva de um Judiciário moderno, e adaptado aos desafios... dos presentes, a contribuïrem com suas ideias e sugestões. A diversidade de perspectivas enriquece o



nosso debate. Cada um de nós tem um papel a desempenhar na construção de um Judiciário mais ágil, transparente, e eficiente. Agradeço pela cessão do espaço, e pela acolhida, e agradeço especialmente a todas e todos por estarem aqui. Espero que nossas discussões inspirem ações concretas em direção a um sistema judicial ainda melhor. Desejo então um excelente evento, e muito obrigado.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Na sequência tem a palavra o vice-presidente e correGE dor eleitoral desembargador cãndido José saraiva Moraes.

>>[Desembargador]: Muito boa noite a todos. Desembargador Humberto Melo, grande conterrãneo, filho de Caruaru, que tem o maior orgulho de ser natural dessa cidade, posso dizer que ele é da família real porque é filho da princesa do agreste. E isso é uma grande alegria estar com todos vocês. Desejo dizer que o TRE Pernambuco cumpre mais uma missão importante com a realização dessa Audiência Pública, e ela se torna mais relevante em um ano eleitoral. Sempre nos orgulhamos de afirmar que a justiça eleitoral é a justiça da democracia, e esse slogan é reforçado a cada eleição. A democracia vai além do exercício do voto, pois é o seu momento maior, é também criar canais efetivos de participação, interlocução da sociedade com os poderes, é derrubar muros e construir pontes, visando aprimorar e aproximar a sociedade do exercício dos seus direitos. É o primado da soberania popular. Com esta audiência nós reforçamos ainda mais a nossa vocação de Justiça da democracia, estamos aqui para ouvir e receber subsídios relevantes e balizarão nosso planejamento para o ano vindouro. O voto de confiança que... para se transformar em ações e reflexões efetivas. As audiências públicas são instrumentos que fazem parte do nosso cotidiano, recentemente o tribunal regional eleitoral de Pernambuco fechou um ciclo com 16 audiências públicas sobre cota e violência política de gênero, e percorreu todas as regiões do Estado, recebemos subsídios e estamos sob os cuidados e análises da nossa ouvidoria, para se transformarem em grande relatório. Nós que cuidamos da gestão temos nas audiências públicas o instrumento imprescindível para atender aos anseios daqueles que são a nossa razão de existir. É o cidadão, um determinado cidadão comum, o jurisdicionado e a jurisdicionada, o aprimoramento Judiciário sempre será um tema extremamente caro para todos nós, mais ainda quando atravessamos momentos de mudanças significativas por força de tempos digitais, tempos digitais realmente difíceis serem enfrentados. Temos missões institucionais recheadas de grandes responsabilidades, notadamente na seara eleitoral. Para levarmos ao cabo o nosso trabalho com maior êxito possível, é necessário estarmos sintonizados com a sociedade, criando mais pontes e menos muros, por isso desde já agradecemos a participação de todas e todos que hoje trazem contribuições para esta audiência. Que possamos trabalhar juntos em sintonia para construção de um



Judiciário mais efetivo, contribuindo para a construção de um país mais justo, transparente, e com a democracia cada vez mais pujante. Desejo agradecer a presença de todos e tenhamos um excelente Audiência Pública. Muito obrigado, boa noite.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Dando continuidade, convidamos todas e todos a assistirem ao vida ó institucional sobre metas nacionais.

[Palmas]

>> As metas nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional por meio de um serviço mais célere, mais eficiente e com maior qualidade. Além disso, as metas nacionais buscam aprimorar os resultados dos indicadores de desempenho da estratégia nacional do Poder Judiciário e conseqüentemente o alcance dos macro desafios, grandes objetivos do Judiciário. São diversos desafios que as metas do Judiciário se propõem a enfrentar, como a produtividade e a celeridade processual, a priorização do julgamento das causas relacionadas a improbidade administrativa e aos crimes contra a administração pública, e o estímulo a conciliação. Podemos resumir o processo de formulação de metas da seguinte forma: Debate temático e inicial sobre as metas. A primeira reunião preparatória analisa o acompanhamento da estratégia nacional do Poder Judiciário e serve de espaço para refletir sobre as políticas e programas do Poder Judiciário em execução trazendo ao debate temas de relevância que servirão para as metas para o próximo exercício. Proposta inicial de metas. É a referência para realização dos processos participativos dentro de cada corte. A proposta inicial de metas é documento consolidado das sugestões dos coordenadores de cada segmento de Justiça em uma única proposta. Para envio aos tribunais que integram o ramo de Pn. Processos participativos. Cada tribunal, respeitando sua autonomia desenvolve processos participativos para manifestação de magistrados e servidores, de integrantes de áreas técnicas, associações de classes, e da sociedade. Dando maior credibilidade e legitimidade a todo o processo. Além disso, o envolvimento de magistrados e servidores na discussão das metas nacionais promove o maior comprometimento e aumento da efetividade dos serviços prestados pelo Judiciário. Após as etapas participativas é encaminhado o posicionamento do tribunal a rede de governança colaborativa do Poder Judiciário. Consolidação da proposta do segmento de Justiça. Os coordenadores dos comitês gestores do segmento de Justiça recebem as sugestões e posicionamentos de cada órgão, e analisam as manifestações quanto a viabilidade e a relevância para o segmento de Justiça. Novo debate sobre as metas.



A segunda reunião preparatória do Poder Judiciário e mais um espaço de discussão e consolidação das propostas de metas nacionais dos segmentos de Justiça. Ao final, os representantes dos segmentos apresentam formalmente ao CNJ suas propostas de metas nacionais para o ano seguinte. Análise do CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Analisa as propostas, macro desafios, os resultados estatísticos, e também se baseia nas séries históricas de desempenhos anteriores das metas nacionais e nas políticas judiciárias. Além disso faz os ajustes nas metas propostas buscando o aprimoramento e uniformização dos segmentos, bem como pode sugerir novas metas para aperfeiçoar a estratégia nacional do Poder Judiciário e melhorar a prestação jurisdicional, as propostas são analisadas pela Comissão Permanente de gestão estratégica, estatística e orçamento e pela presidência do conselho que elabora a proposta avançada de metas nacionais, objeto de consulta pública realizada pelo CNJ. Consulta pública. Após a elaboração da proposta

>>[Cerimonial]: Neste momento convidamos o assessor chefe de planejamento e gestão estratégica do tribunal regional eleitoral de Pernambuco, Acácio leite, e o secretário Judiciário, Cícero Barreto, que abordarão o tema consultas públicas e programas de metas nacionais do CNJ.

>> Bom, boa noite a todos. Vou pedir licença para cumprimentar a todos na pessoa do nosso presidente do TRE, Adalberto Melo, que permitiu a realização do evento, meu nome é Acácio leite, assessor do planejamento. O evento está sendo transmitido pelo YouTube, vou pedir licença para fazer autodescrição, sou um jovem senhor de 46 anos de idade, um metro e 78, 87 quilos, cabelos castanhos lisos, mas já bastante grisalhos, pele clara, olhos castanhos também e nesse momento estou trajando uma, um paletó azul-marinho, com uma camisa quadriculada cinza e branco e uma gravata em tons de azul. Estou no TRE há 28 anos mas nada disso é mais importante do que a mensagem que nós vimos trazer para vocês acerca de metas. Esse assunto de metas parece uma coisa muito técnica, também vou pedir licença para me aproximar um pouco de vocês, me sinto um pouco mais acolhido e mais próximo já que a ideia é aproximar o tribunal da sociedade como a nossa mesa diretora informou. E aí quando a gente fala de metas nacionais, começam a vir alguns questionamentos. As metas vem primeiro, elas são ovo ou a galinha. O que é que vem primeiro? Elas nascem, e tudo vem a partir das metas? Não, não é bem assim. As metas vem a partir de um conjunto, de macro desafios, desafios maiores, conjuntos que são estabelecidos pelo Poder Judiciário da união. Aqui em frente, não vamos fazer nenhuma prova de concurso para macro desafios do Poder Judiciário, mas tem um diagrama que mostra com precisão esses macro desafios. O CNJ os distribui em perspectivas distintas,



sociedade, processos internos, aprendizado e desenvolvimento, dentro de cada uma das perspectivas nos traz alguns macrodesafios, e fala da governança judiciária, sobre o combate a corrupção dentre diversos outros. Ali, dentro desses macro desafios, ele nos traz tanto elementos ligados a área finalística do Poder Judiciário quanto elementos ligados a área meio, a área que dá apoio a finalidade do Poder Judiciário. Vejam, isso é o que vem primeiro. Porque esse diagrama com os macrodesafios é a diretriz. Qualquer instituição precisa de um norte, de um destino, para que ela serve? Aonde ela vai chegar? Se isso está definido, eu preciso de objetivos que deem suporte ao alcance desse objetivo final. E aí começa a ficar mais clara a nossa possibilidade de compreender as metas nacionais. Presidente. Porque, olha só, se aquele diagrama todinho do Poder Judiciário tem vários macrodesafios, que eu vou simplificar e chamar de objetivos aqui, esses macrodesafios, esses objetivos institucionais, eles se comunicam com as metas, porque as metas são elementos que reforçam o alcance desses objetivos. Essas, as metas, elas fluem constantemente, interagem, servem como um instrumento de aferição do grau de alcance de cada um desses objetivos. Sim, porque se eu tenho um objetivo a alcançar como eu vou saber se eu cheguei ou não? Preciso de uma forma de aferir. E essa forma de aferir está ligada as metas. As metas podem nos indicar o quanto daqueles objetivos nós alcançamos ou não. A partir do momento que determinados objetivos são alcançados, o que acontece? As metas são revisadas, substituídas, destituídas, recriadas, o processo flui de uma maneira constante. Um detalhe bem interessante, perdão, eu estava conversando lá fora, com um de vocês, e sobre essas metas. Desculpa, qual seu nome? Senhora Janeci, acertei? Ela fez um pergunta bem interessante. Mas essas metas, elas têm um viés jurídico? Não necessariamente um viés jurisdiccionario, porque podem ser com viés judicial ou com viés administrativo. Qual foi nossa conversa lá fora? O seguinte, para que eu tenha uma prestação jurisdicional eu preciso de uma máquina que dá suporte. Eu tenho afinidade de apoio. Atividade administrativa. Ficaríamos todos felizes em pensar que o TRE atira dinheiro pelo terceiro andar do auditório da Faculdade para fazer uma eleição? Possivelmente não. Penso ríamos que esse dinheiro poderia ser mais empregado em outros Ramos, do, da atividade pública. Quem sabe no executivo, fazendo pontes ou cuidando melhor das nossas escolas de saúde. Então, eu preciso também de metas judiciais para que mais do que julgar o, não somente julgar um processo e julgar o processo mais rápido, de forma mais célere, as atividades que dão suporte a essa atividade finalística seja desafiada de forma eficiente, com custo mais bem dimensionados, pensando em coisas como acessibilidade, pensando em sustentabilidade. Pensando em servidores mais bem treinados, que possam atender melhor toda a sociedade. Que possam formar melhor as pessoas. Porque aqui nessa sala, tem pessoas de vários municípios. Conheço vários, cupira, brejo da Madre de



Deus, desde 2000 que eu fazê-lo eição aqui por perto. Quando eu olho para vocês eu vejo os eleitores de todas essas regiões. Não vejo aqui só o presidente da câmara de cupira, está aqui presente, não é isso? Muito obrigado pela presença. Eu vejo que o senhor traz para cá toda a sociedade que o senhor representa, isso é um responsabilidade muito grande do tribunal. Estar aqui falando com pessoas que defendem os interesses da sociedade, advogados, magistrados, pessoas que estão em cargos eletivos. Então é isso, as metas, elas se comunicam com os objetivos, elas auxiliam, são coadjuvantes para atingi-los, e elas podem ter viés judicial ou viés administrativo. Olha só que coisa interessante. Daqui, com licença. Esse desenho é representativo, porque ele tem os metas do tribunal, o alcance das metas do TRE de Pernambuco de 2018 a 2023, meta um de azul, meta dois vermelho, meta quatro ali de laranja, na tela. A gente vê que o tribunal vem tendo o desempenho crescente. Os números são pequenos, mas são números que se aproximam, no começo, de 100%, e ultrapassam em todos os outros anos. Olha, se eu falei que as metas dão suporte aos, ao alcance dos objetivos e vejo essa figura que mais parece pilares de um construção bem edificada, quanto mais esses pilares são conscientes, vigorosas, firme, mais eu tenho a comunicação de forma mais objetiva, mais forte, mais eu tenho possibilidade, agora imaginem que o Poder Judiciário tem mais de 90 tribunais com esses pilares bem c estabeleça idos, é de se pensar que o pô er Judiciário terá prestação de mais qualidade, mais eficiência, por isso que as metas são tão decisivas. Por isso que essa linha do tempo é importante observar. Porque a gente não chegou de uma horas para outra com metas. Foi necessário que houvesse um amadurecimento. E esse amadurecimento passou por alguns Marcos. 2009 foi criado o programa, 2013 o selo justiça em números, em 2016, sete anos depois, sete anos depois do primeiro marco, o CNJ e cria isso aqui, o processo participativo de metas. Demoramos. Que bom, vergonha não, que bom que tivemos a sensibilidade de perceber que nenhum segmento de atuação público consegue ser feito sem, não só a participação, a participação, você manda o e-mail, você enfia uma mensagem na ouvidoria, mas o desenvolvimento, o comprometimento da sociedade. Na verdade é para quem nós atuamos, vivemos, nós nos inspiramos. Não está ali, não é, Cícero, mas em 2019, está ali escondido pelas legendas tem um outro marco legal, e o último dos Marcos dali que eu sinalizo, a criação do prêmio CNJ de qualidade. Então o CNJ não somente criou o programa de metas, mas ele foi amadurecendo, criou um processo participativo, disse assim, estamos maduros o suficiente, eu agora quero que essas metas Kompo componham o conjunto, o prêmio CNJ de qualidade. Tudo bem. Falamos muito sobre metas. E quais são as metas nacionais? Possivelmente eu teria grande dificuldade em explicar com a precisão que o nosso brilhante secretário Judiciário o fará para vocês. Muito obrigado pela atenção, e muito bem vindos.



>> Senhor Presidente, senhor vice-presidente na, pessoa de quem cumprimento toda a mesa, senhoras e senhores, muito boa noite. Começando também por minha autodescrição, eu também sou um jovem senhor, mais velho que Acácio, já estou com 56 anos, e tenho um metro e 68 de altura, sou magro, peso 70 quilos, estou trajando um terno azul mais claro, com uma camisa azul clara, e uma gravata num tom de azul um pouco mais escuro. Como Acácio bem demonstrou aqui, muito empolgadamente, dando segmento a essa exposição de Acácio, vou falar do ponto de partida para esse processo de construção das metas para o ano de 2025. O ponto de partida são que metas foram fixadas para esse ano de 2024? A partir da análise, do Poder Judiciário, e aqui especificamente das metas fixadas para a Justiça Eleitoral, que à gente pode fazer uma análise, saber se essas metas são adequadas, se são suficientes, se precisam ser melhoradas, e que sugestões de metas a sociedade tem para apresentar para que seja discutida como, no vídeo institucional, no próximo Encontro Nacional do Poder Judiciário, para fixação dessas metas para o ano que vem. Estavam presentes representando o TRE de Pernambuco, o desembargador presidente, o corregedor geral, nesse Encontro Nacional é feita essa discussão, sobre o resultado desse processo participativo de elaboração das metas, né? Realiza-se mais de uma reunião preparatória para esse encontro, para enfim fixar as metas para o ano seguinte. Então no ano de 2023, foram estabelecidas para a Justiça Eleitoral três metas de natureza judicial e uma meta que tem natureza mais administrativa muito a meta um, ela foi, é uma meta perene, do CNJ. É uma meta que ela é fixada para todo o segmento do Poder Judiciário. Ele foi criado com o desafio de mudar a imagem do poder, que a população tinha do Poder Judiciário, de que o Poder Judiciário não conseguia dar vazão aos seus processos, havia uma reclamação de que o Poder Judiciário era moroso, que o Poder Judiciário demorava a realizar a prestação jurisdicional para o cidadão, e o CNJ foi criado com esse desafio de mudar essa visão. O que pode ser feito para isso? Deixar, estancar essa bola de neve. Por quê? Ao longo dos anos os processos vão sendo apresentados, e a estrutura que o Poder Judiciário tem não estava conseguindo dar vazão a esse processo, então o que o CNJ fez? A partir do ano de 2009 estabeleceu metas, a meta um, nada mais é do que julgar o equivalente ao total de processos que entrou neste ano, estamos falando da meta de 2024, de primeiro de janeiro a 31 de dezembro... se conseguir juntar pelo menos um processo a mais do que o total de processos que foi autuado nesse período. Mas pelo menos estanca. É um grãozinho de contribuição para que esse volume de processos não se torne cada vez maior. E demonstrou também naquele gráfico anterior, que ao longo dos anos, o TRE de Pernambuco tem conseguido cumprir com muito êxito todas as metas, nós conseguimos um percentual muito superior a 100%, e isso quer dizer que nós estamos conseguindo dar vazão aos nossos processos. Os nossos esforços estão



concentrados nesse sentido. A meta dois mira nos processos autuados há mais tempo, porque não adianta julgar o processo que foi autuado a hoje e continuar pendente de julgamento aquele processo que foi autuado há dez anos atrás. Meta dois consiste em priorizar o julgamento de processos que foram autuados há mais tempo. A meta dois deste ano, ela foi sub dividida em dois desafios, para cumprir a meta dois, a Justiça Eleitoral tem que julgar pelo menos 70% de todos os processos que foram autuados até o ano de 2022, e essa é uma inovação da meta deste ano, que só se considera cumprida a meta, se o tribunal conseguir zerar o seu estoque de processos autuado até o ano de 2018. Priorizar o julgamento dos processos que foram autuados há mais tempo. Além das metas um e dois, foi estabelecido também a meta quatro. Que é priorizar o julgamento de processos que possam resultar em declaração de inelegibilidade ou cassação de mandato eletivo. Não existe desde o ano de 2019, eu lembro que eu estava no Encontro Nacional do Poder Judiciário quando foi ventilado pela primeira vez a necessidade da Justiça eleitoral priorizar esse tipo de processo, por quê? Por uma questão de efetividade da decisão que o está sendo proferida naquele processo. Se os mandatos duram em regra quatro anos com exceção do cargo de senador que tem o mandato a, dura oito anos, de que adianta o Poder Judiciário julgar esse processo depois de findo o mandato? Não tem eficácia nenhuma essa decisão. Então a meta quatro, ela foi estabelecida nesse sentido. De que devemos priorizar não apenas aqueles processos que foram autuados há mais tempo, mas devemos também priorizar aqueles processos que podendo resultar em perda de mandato eletivo, essa decisão possa ser efetivamente cumprida. Então priorizando esse tipo de processo, se por acaso a decisão for proferida no sentido de cassar o mandato, se for o o mandato proporcional temos tempo de realizar uma retotalização do o resultado e saber quem é que vai ser o sucessor daquele que teve o mandato cassado porque praticou algum ato ilícito. Se ele teve a sua inelegibilidade declarada esse processo também deve ser priorizado a, porque na próxima eleição essa pessoa pode se candidatar, e o processo ainda está em tramitação, e a pessoa continua se candidatando em eleições vindouras. Esse é sentido da meta quatro, essas são as três metas de natureza judicial. Além dessas três metas, nós temos uma de natureza mais administrativa, porque isso aqui nós estamos olhando um visão de futuro para o Poder Judiciário. A meta nove, ela estimula a inovação no Poder Judiciário. Considera-se cumprindo a meta nove se o tribunal realizar algum projeto... cada tribunal constitui um laboratório de inovação. Elabora aí um projeto de inovação. No ano passado, nós conseguimos atingir essa meta nove com projeto que foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, que foi exatamente a automação e o processo na, na realização do processo de, Keom? De auditoria da votação eletrônica. Foi desenvolvido um braço mecânico, tal, e permitia ao



invés de utilizar pessoas para ficarem colocando votos na urna, para depois serem inseridos na urna eletrônica, e comprovar para a sociedade a lisura do pleito, um braço mecânico conseguia fazer isso com muito mais agilidade, sem necessidade de mobilizar um quantitativo maior de pessoas. Isso foi inclusive objeto, ganhamos prêmio de inovação, independentemente de, da meta estabelecida pelo CNJ, o TRE conseguiu com o prêmio de inovação com esse projeto. Então essas são as metas que foram estabelecidas para o ano de 2024. Qual é o objetivo dessa participação popular? O tribunal realizou no mês de maio uma consulta pública onde disse as metas que estão fixadas para o Poder Judiciário eleitoral são essas. Meta um, meta dois, e meta quatro, e à pergunta era, você magistrado, servidor, cidadão, político, partido representante de partido político. Qualquer outra Faculdade, cidadão. Enfim, você considera essa meta relevante? A meta, o percentual da meta é suficiente para que o Poder Judiciário seja considerado eficiente? As pergunta na consulta pública foram nesse sentido, de acordo com as respostas que foram apresentadas... nós fizemos aqui uma consolidação dos resultados, dessa consulta pública, e para cada meta, principalmente as metas, nós fizemos aqui um recorte das meta de natureza judicial, de acordo com as respostas, 96,2% responderam que meta um era sim muito relevante, que poderia continuar do jeito que estava posta. Com relação a meta dois, 90,4% responderam que sim, a meta era superrelevante, com relação a meta quatro 94,2responderam que a meta era relevante. Além dessa pergunta, se a meta era relevante. Havia também um campo de livre preenchimento, onde a pessoa poderia apresentar outras sugestões. Que considerações você quer fazer sobre as metas que estão postas? As respostas mais relevantes... indicaram que seria interessante elevar o percentual de cumprimento para a meta dois, isso vai ser submetido ao CNJ como uma sugestão resultante da consulta popular no estado de Pernambuco. Além disso sugeriram que se estabeleceram que a Justiça Eleitoral responde que essa meta apenas em ano não eleitoral. Porque no ano eleitoral a sobrecarga de trabalho para o, quem atua na Justiça Eleitoral, assim como para os advogados também, os prazos são muito curtos, nós trabalhamos de domingo a domingo, não temos hora para nada, os processos são muito urgente, então chegaram a sugerir isso aqui. Na sugestão anterior está falando em elevar o percentual de cumprimento da meta. Que seja considerada a sobrecarga de trabalho no ano eleitoral. E acho difícil isso passar mas vamos levar com sugestão apresentada na consulta popular. Assim como sugeriram também que elevassem o percentual de cumprimento para a meta quatro, por conta da efetividade da prestação jurisdicional. Além disso, além das metas que estão postas havia o campo de livre digitação para quem quisesse sugerir novas metas para o Poder Judiciário eleitoral. Sobre essa questão, responderam que seria interessante fixar uma meta que tratasse de redução de despesas administrativas, outra sugestão,



incremento no uso do trabalho remoto, e outra sugestão, políticas de inclusão, sustentabilidade, acessibilidade, e anti-discriminatórias. E esse aqui pela primeira vez estamos realizando uma Audiência Pública com público tão representativo, porque eu estou feliz de estar me dirigindo a um público tão diversificado de estudantes, de professores, de políticos, né, e de o público em geral, é um público muito selecionado, mesmo, público muito rico, em verso dado, este aqui é o momento de tendo interesse se dirigir a Tribuna e fazerem comentários, críticas, e sugestões para as metas do ano que vem, que serão fixadas no próximo Encontro Nacional. Por enquanto é o que eu tinha a setor me colocando a disposição para qualquer dúvida, e desejando um bom evento para todos. Muito obrigado.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Convidamos novamente o assessor de planejamento Acácio para uma breve complementação.

>> Senhores, peço licença novamente, para nosso juiz auxiliar da corregedoria, nos lembrou de um complemento sucinto mas não menos relevante. Dentro da ideia toda de maturidade que o Poder Judiciário vem desenvolvendo não fomos diferentes. Começamos com a coordenação do processo de gestão de metas de uma forma mais insipiente, nós tínhamos partes, essas partes trabalhavam mais ou menos sem comunicação, cada um no seu espaço delimitado. Muito comprometido em atingir as metas mas trabalhava de uma forma para ir cuidando do pedaço da corregedoria. A jdos judiciária representando grande parte do segundo grau junto aos gabinetes do segundo grau trabalhava de forma muito competente, mas muito isolada no seu espaço. Com o passar dos anos o tribunal percebeu voltando a história da eficácia e eficiência, a gente estava atingindo resultado mas poderia estar caindo na performance, começaram a se formar grupos. Então se criou um grupo no segundo grau, e esse grupo coordenado por um magistrado do segundo grau, ele controla diversas ações com foco no atingimento de determinadas metas. Agora no ano de 2023, nessa gestão que estamos, doutor Adalberto, doutor cândido, se criou um comitê de gerenciamento do prêmio CNJ, aí foi a parte mais interessante. Mas ele é transversal porque ele perpassa uma série de questões, inclusive metas. Aí... em comitê, a gente saiu da sensação de partes, que até se comunicavam, mas partes, para uma sensação de todo. Imediatamente desenvolve ações para o atingimento das metas. E comemorou o tribunal porque nós julgamos a ação penal mais antiga que nós tínhamos. No município de região metropolitana. Para ser mais preciso, quantos anos dá isso mais ou menos? Hoje a gente só usa calculadora em celular, é muito tempo. Imagina. E se fosse uma pessoa da nossa família? Se fosse um filho meu? Envolvido no julgamento de uma ação penal, 4760 dias, é muito mais do que atingir um prêmio, destina a vida das pessoas. Então esse grupo passou a ter mais este



olhar. Ele quer que todos os filhos estejam bons na sua meta. Além de questões outras do prêmio CNJ, mas um dos grandes focos pela grande quantidade de requisitos é metas e requisitos ligados a litigiosidade, de tramitações, os nossos tempos médios de processos antigos.

>>[Cerimonial]: Para manifestação oral.

>> Boa noite a todos, meu nome é Fernando Júnior, presidente da OAB de Caruaru, fazendo minha autodescrição, um metro e 84, 84 quilos, cabelo preto, um pouco grisalho, aos poucos vai ficando grisalho, olhos verdes, camisa branca, gravata cinza, terno azul, registro a importância da autodescrição para as pessoas que têm desafio dado em enxergar e mostra sensibilidade a todos que fazem parte da mesa, cumprimentar o presidente Adalberto de Oliveira, nosso conterrâneo, vice-presidente cãndido saraiva, desembargador Humberto Vasconcellos, deixa saudade na câmara regional, sempre muito assíduo e atencioso também com Caruaru, a professora e coordenadora e amiga Elba Ravani, procurador do Estado, estou prevendo seu futuro, Agenor. O professor Basílio, OAB Caruaru na pessoa da nossa diretora, Alain Prost, delegado da... e doutora Larissa Félix, Letícia Danielle, presidente da comissão de diversidade sexual e gênero daqui juntamente com João Antônio que participa da comissão, a estudante, Karine vitória, representando os estudantes de direitos, que eu fiz parte, tenho muito orgulho de ser regresso. Primeiro registro aqui a importância desse momento, para falar sobre metas, com a participação da sociedade, eu digo sempre que não tem como a gente construir a justiça do nosso país sem ouvir, sem falar daquelas pessoas que de fato necessitam do, da eficácia do Poder Judiciário, as falas que nos antecederam é importante, mostrando a questão que a gente não pode deixar de falar quando falamos em gestão corporativa. A governança corporativa, a gente precisa falar da governança judicial, e como foi dito não tem como falar de Justiça sem eficiência. Você tamanha ganha mas não leva? Isso aí não é o papel do Judiciário, fala dos princípios constitucionais, moralidade, mas a gente não pode esquecer da eficiência, que é um princípio fundamental, e o Poder Judiciário, ele precisa prestar esse princípio, satisfazer esse Princípio da Eficiência, uma das, do Decreto Federal 9203 de 2017 ele fala sobre a governança pública e os princípios, liderança, controle e estratégia. Tudo isso tem que ser colocado no Judiciário, eu estava conversando com um juiz recentemente, o desembargador também, não tem como se falar de Justiça sem falar de gestão, todos nós que somos gestores, presidente da OAB, como se a gente precisa balizar com princípios da administração, a gente precisa controlar um excesso de demandas fora do comum, e ainda com o orçamento curto, o cobertor curto. É na iniciativa pública também, apesar de no olhar popular, parece que os recursos públicos eles são infindáveis. Mas a gente sabe que



não funciona dessa forma. Quando a gente olha de maneira fria e nua os números do nosso país,emos termos de julgamento e processos, quantidade de processos, é a justiça mais eficiente do mundo. A eficácia das decisões, e até que ponto o jurisdicionado, ele se valeu de uma decisão, a gente vê que se tem muito a trabalhar, e no momento como esse, isso enquanto representante da órgão dos advogados, da advocacia, vê que existe um farol e é justamente isso tudo que nós estamos fazendo que é falar de metas, de novas, novas sugestões, para que a gente pomba possa caminhar na direção da Justiça. Uma frase que eu gosto muito de falar no meu discurso, botei até no meu convite de formatura, quando a gente encontra o direito em conflito com a justiça a gente tem que lutar pela justiça. Parabens mais uma vez a todos do Tribunal Regional Eleitoral, de sediar em Caruaru, princesa do agreste. O mês passado nós participamos de uma ado pública do TRE, esse mês mais outra Audiência Pública, fico muito feliz de ver que o TRE abraçou o interior do nosso estado. Mais uma vez muito obrigado.

>>[Cerimonial]: Agradecemos as palavras do presidente da OAB doutor Fernando Antônio, e aproveitamos para agradecer e registrar a presença do delegado da caap da subseção OAB Caruaru doutor Allan torres.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Também o presidente da câmara de vereadores de brejo da Madre de Deus Amorim Aguiar. Procurador da câmara legislativa de brejo da Madre de Deus doutor José Mauro Costa de Souza, vereador do município de brejo da Madre de Deus Horácio José da Silva, e vereadora de brejo da Madre de Deus, Maria Jeane César de Souza Tavares. Dando continuidade convidamos a coordenadora do Curso de Direito, doutora Elba Ravani para manifestação oral.

>> Boa noite a todos e todas, fazendo minha autodescrição, eu sou uma jovem senhora, de 37 anos de idade, tenho um metro e 46, sou loura, branca, e estou vestindo um vestido preto, com um blazer com cores multicoloridos, mas com cores predominantemente azul e verde. E queria falar da minha alegria de hoje receber a Audiência Pública que tem como proposta fortalecer a democracia participativa. Não poderia deixar de inicialmente agradecer ao desembargador presidente Adalberto Oliveira, ao vice-presidente e desembargador cândido saraiva, ao desembargador Humberto Vasconcelos, ao meu amigo e colega e representante presidente da OAB Caruaru Fernando Júnior, e também gostaria de agradecer a todas as servidoras e servidores do tribunal regional eleitoral em nome de Rayssa Rodrigues. Queria também saudar meu eterno professor, hoje procurador de gravatá, professor doutor Brasílio guerra, a estudante Karine vitória e todos os representantes locais, queria saudar em nome da vereadora GENeci, mãe de um egresso e jovem advogado, meu amigo Célio, meu orientando de TC C. É importante pensarmos a grandiosidade desse



momento, historicamente não fomos educados e educadas para a democracia. Essa é a nossa construção decorrente de um processo colonial. Em que há a imposição da tomada de decisão, por quem se encontra. E da pirâmide social. E quando a Justiça Eleitoral resolve escutar a população, a Justiça Eleitoral, e está afirmando e reafirmando o seu compromisso em provocar uma ruptura com esse processo educacional decorrente da colonialidade, e construir a partir do diálogo com o povo uma nova lógica no processo de tomada de decisão, partir de agora do fortalecimento da democracia representativa. No nosso país nós avançamos na democracia representativa, e a Justiça Eleitoral tem atuado fortemente na construção de uma democracia representativa cada vez mais sólida. Audiência sobre enfrentamento a violência política de gênero e cotas, e agora recebemos na nossa casa, que é um instituição comunitária, que tem compromisso com uma formação e com uma educação jurídica pautada no diálogo e na responsabilidade social como está descrito na nossa missão institucional, a gente avança na consolidação de um modelo de democracia em que a população não apenas vota, mas a população também participa diariamente, cotidianamente, com o processo de tomada de decisão. Isso não é fácil, ainda mais em um país de dimensão continental como o nosso, marcado por extrema desigualdade social, e é importante nós pensarmos que as desigualdades sociais fragilizam a qualidade da democracia, é muito comum no dia a dia ser abordado para a satisfação de necessidades pessoais decorrentes da desigualdade gritante em que temos uma população que muitas vezes não tem acesso ao copo de água. É a situação da população de rua de São Paulo, talvez da população de rua de alguns municípios do nosso país. As pessoas não fazem as refeições básicas. A recorrer a processos satisfação das suas demandas e fragilizam a democracia, então quando a gente vai pensar eram fortalecer a democracia, em fortalecer o processo eleitoral, e para além do processo eleitoral fortalecer a democracia participativa e a qualidade da democracia no país, nós temos que priorizar a redução das desigualdades sociais do nosso país, e isso obviamente não é responsabilidade da Justiça eleitoral tão-somente. Isso é um compromisso de todos os poderes instituídos, é um compromisso em que cada cidadão e cidadã que aqui está presente, precisa assumir, de não fortalecer perspectivas de tomadas de decisões ou perspectivas de no cotidiano da política, reforçar o processo que não, e ainda fragiliza a participação e a qualidade da tomada de decisão da nossa sociedade. Diferencio vê ser uma prioridade avançar no enfrentamento das fake news, pois precisamos refletir como numa sociedade tão tecnológica como a nossa, que possibilita inclusive que novos sujeitos possam ter voz, e apresentar crítica a gestão pública, nós enfrentamos um processo de desconstrução da democracia a partir do uso incorreto dessas ferramentas, portanto compreendo enquanto educadora que também, enfrentar a pauta de



informação, a cultura da desinformação, que tem sido instrumento para mobilizar a opinião pública e para polarizar a política no nosso país. A tecnologia deve ser utilizada como importante ferramenta para avançar e consolidar a democracia. Para dar voz, visibilidade, e para dar criticidade ao sujeito. E não para construir obstáculos que acabam lançando fumaça no real problema da sociedade brasileira. É fundamental que nós possamos construir estratégias para de mãos dadas, sociedade civil, instrumentos de educação, e Justiça Eleitoral avançar em processos de educação digital, em processos de fiscalização da forma como a comunicação ocorre no meio digital, com o compromisso também dos candidatos e candidatas construir cada vez mais uma democracia sólida no nosso país, a democracia ela caminha... e uma comunicação livre é uma comunicação com responsabilidade, pautada na ética, pautada no respeito, e pautada no diálogo. E isso não ocorre apenas com processos de judicialização dos sujeitos que violam as regras da comunicação nos meios digitais, isso ocorre também a partir da educação, é importante também pensarmos enquanto desafios para fortalecer a democracia no nosso país, o fortalecimento e o diálogo com os agentes locais. É no município que as pessoas vivem, e por essa razão é fundamental que a Justiça Eleitoral esteja cada vez mais próxima dos atores e atrizes que atuam no município, sejam parlamentares, sejam movimentos sociais, sejam agentes que atuam nos diferentes serviços públicos, incluindo o Poder Judiciário hora que cada vez mais precisa se uma escuta acolhedora do cidadão e cidadã que recorre, e que bate a porta do Poder Judiciário. Que nós possamos avançar os desafios consolidando a democracia no nosso país, fortalecendo a democracia representativa, mas sobretudo avançando para construir uma democracia cada vez mais participativa, plural, pois a construção da democracia é um processo inacabado, e todos dias a gente precisa reafirmo ala, não apenas enquanto método e processo, mas enquanto valor e uma sociedade que precisa assegurar a justiça, a paz, e os Direitos Humanos.

[Palmas]

>>[Cerimonial]: Agradecemos as palavras da doutor Elba Raváni, e convidamos o presidente da subseção OAB de Caruaru, doutor Kevin Gomes.

>> Boa noite a todas as pessoas presentes, meu nome é Kevin Gomes, sou um jovem de 33 anos, caucasiano, pele clara, cabelos castanhos, estou trajando um costume marrom, camisa Bordeaux vinho, vermelho escuro, importante também se manifestar sem o uso do microfone para que assim o áudio seja captado a partir do ponto que eu falo, e a gente inclua eventuais pessoas que por ventura tenha alguma deficiência visual. Visto que áudio microfone amplificado ele universaliza no ambiente, se tiver



alguém deficiente, baixa visão ou até mesmo cegueira não vai saber de onde o interlocutor está falando. Passada essa autodescrição, faço os cumprimentos protocolares, cumprimento a mesa na pessoa do desembargador eleitoral Adalberto, presidente do TRE, e cumprimento também coordenadora, professora do meu curso de ciência política que fiz aqui nessa casa, nossa anfitriã, professora Elba, e tratando especificamente das metas do CNJ. A gente vê no primeiro momento a falta de celeridade dos processos. Nos deparamos com as metas aí buscando resolver esses problemas. Mas eu vou um pouco além nesse momento, aproveitar a oportunidade, não sei se essa minha manifestação oral se enquadraria numa sugestão para a meta nove, por exemplo, de inovação, mas lá na eGE, sou aluno do curso de pós-graduação atual da eGE Pernambuco, e já tive a oportunidade de discutir com o colega, já tive a oportunidade de debater também o professor ores on Lemos, diretor do TRE, a acerca de uma peculiaridade, nos processos e sobre modo na divulgação de candidaturas. Com jurisdicionado, não só na prestação célere mas também numa prestação que lhe proteja, proteja seus direitos, e proteja, proteja de uma divulgação de seus dados sensíveis. Uma coisa que eu venho observando nesses meus poucos anos de atuação no direito eleitoral, 2014 para cá tenho atuado em todas as eleições inclusive em alguns suplementares que por fraude a cota de gênero tivemos aqui no estado, ou até mesmo por outra nulidade eleitoral, que foi o caso de belo jardim em 2016, suplementar em 2017. O caso da frota de gênero foi no ano passado, onde tive a satisfação de atuar com a colega Larissa. Enfim, voltando, termos acessos a informações de possíveis processos judiciais, que aqueles players, os candidatos respondam. Contudo, a partir de Pernambuco eu observei que a divulgação de dados sensíveis com a exposição da certidão de antecedentes criminais especificamente do TJ PF, mas também um pouco menos pelo TRF 5 e pela Justiça Federal, ela é alarmante. Porque a partir do site que a gente utiliza para esse controle fica lá disponível a certidão daqueles cidadãos que estão ali se dispondo, e com informações pessoais, sensíveis, completas. Desde data de Nascimento, expedição de documentos, data de sPeid expedição de documentos, números de documentos, endereços, sobremodo essa certidão do TJ... eu venho buscando estudar, analisar esse ponto para buscar soluções. Uma solução direta seria um convênio diretamente com o convênio TJ pe para emissão de uma certidão para fins eleitorais que não demonstrassem tantos dados sensíveis, ao longo, o que é mais alarmante é que ao longo dos nossos 27 estados, a sua grande maioria comete essa falha. Para os processos judiciais, em si, né? E cabe aos tribunais buscar esse aperfeiçoamento e proteção de dados em respeito também, garantia aos direitos previstos na lei geral de proteção de dados. Essa é a contribuição pertinente que vai fazer, não sei como disse, não sei se enquadra numa possível sugestão a alguma meta, mas estarei lá,



juntamente com outros colegas, e vamos ver aí a evolução de Justiça eleitoral sobretudo, e um modo geral, não só buscando a celeridade, mas uma celeridade com eficácia. E proteção dos demais direitos. Obrigado a todos.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Convidamos a assessora chefe, Rayssa Araújo Costa Rodrigues para manifestar oral.

>> Boa noite, cumprimento a mesa na pessoa do nosso presidente, desembargador Adalberto, e a todo público na pessoa da professora Elba, retribuindo seu cumprimento, obrigada. Bem, depois das dezesseis audiências públicas realizadas pelo TRE em agosto de 2023 até junho recente, e tendo percorrido todas as regiões do Estado de Pernambuco, ouvimos muitas manifestações da sociedade acerca da realidade da violência política de gênero, e das fraudes às cotas. Chegada ao TRE da perspectiva mais ampla dos entraves à participação feminina na política. Nesse contexto, depois da explanação dos meus colegas, e tendo aprendido um pouco mais da construção, aplicabilidade e efetividade das metas na condição de servidora da ouvidoria regional eleitoral que escutou testemunhos mais marcantes ao longo das audiências públicas que eu mencionei, especialmente de um integrante da classe política que relatou abusos horríveis sofridos no exercício de seu mandato, e de uma jovem em uma das cidades por onde passamos, que informou desde menina sonhar em ser política, e desde então, desde jovem se capacitar para esse fim, não poderia perder essa oportunidade de propor em resposta às manifestações ouvidas, a criação de uma meta específica para que seja possível analisar em recorte os processos da meta quatro, e ao crime eleitoral de política de gênero, de modo a evidenciar ainda mais a sua ocorrência, bem como impulsionar a celeridade do julgamento, olhando para esses processos em uma perspectiva de gênero. Obrigada.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Agradecemos as palavras de Rayssa Araújo. E convidamos o desembargador eleitoral doutor Humberto Vasconcelos Júnior para a manifestação oral.

>>[Desembargador]: Boa noite. Eu não ia falar, mas ela falou: Você não vai falar? Tá bom, eu vou falar, porque eu aprendi a ser obediente. Quero iniciar dizendo que eu deixo minha autodescrição para a imaginação das pessoas, talvez seja mais prudente assim. Assuste menos. Eu quero registrar, a professora Elba aqui, já fofoquei ali, que o meu primeiro ano de direito foi aqui, nessa Faculdade, em 1980, isso aqui era um desacampado, frio, continua frio, e depois de 45, 50 anos, sei lá, o meu gabinete era ali, onde agora funciona a câmara regional, e eu como desembargador ficava paquerando esse poste de entrada, nunca imaginaria na minha vida de estudante e frequentador da Caruaruense de estar hoje aqui na sua casa, quero agradecer o



acolhimento e fazer esse registro. Também com essa minha longevidade não quero tomar o Reinaldo de nosso presidente, desembargador Adalberto, que é naturalmente o homem ligado verdadeiramente a princesas do agreste. Ferramentas criadas pelo conselho nacional...

e tri ir harmonia social. Porque o joembo do Judiciário é esse. O objetivo... é atuar como uma ferramenta de estado, como um poder de estado. Existia o ponto que talvez a gente precise evoluir para isso, eu sei que a OAB está aqui, não é apenas reagente. Nós precisamos junto com os outros poderes, pensar um pouco na prevenção, eu vi que tem algumas metas que trabalham programas exitosos, inclusive dialogando com outros tribunais, mas imagine no mundo em que a gente tivesse como disse a professora uma educação, por exemplo, para a democracia, para o voto livre, e consciente de verdade, quanto de processo nós não teríamos assim, deixariam de existir, nem iniciariam? Se a gente tivesse uma educação, por exemplo, para as relações de consumo, que sufocam a minha relatoria, do desembargador Adalberto, relatoria do desembargador cândido saraiva, eu conscientizo dizer, sou um desembargador do consumo, as relações, as prestações de serviços do nosso país, elas causam muitos dissenso, um trabalho de prevenção, de educação, de reconstrução de valores, talvez realmente seja uma das metas que nós deveríamos alcançar, e os senhores que são alunos, eu não vou dizer nem parabéns, pode dizer até bem feito, não é? Comandando essas decisões, eu espero que nesse dia a gente já tenha uma sociedade harmonizada, a tal ponto que a gente não fique como estamos hoje numa estimativa, numa expectativa, de 82 milhões de processos no Brasil, em tramitação, não há, não há, que consiga digerir isso. Na nossa relatoria vem 400 por mês, significa dizer que no primeiro grau tem um universo, então se a gente pensasse em construir uma meta coletivamente, dentro de nós mesmos, de prevenção, nós teríamos naturalmente atingida essa harmonia que eu falo tanto de uma forma mais mais, mais expedita, como dizem alguns. Fica essa anotação, fica parabéns a todos os senhores, fica a gratidão pela contribuição, fica mais uma vez ratificada a postura do egrégio tribunal regional eleitoral de Pernambuco, e de seus membros, e de seus colaboradores, e de seus diretores, está todo mundo aqui. A gente tem andado muito pelo estado ouvindo, coletando informações, percebendo e sentindo a necessidade de todos. E tem se posicionado a em relação a elas. E isso cansa, não? Isso cansa. É puxado para todos nós, mas do mesmo jeito que cansa também alimenta, sacia e revigora. Então estamos a postos, vamos para um pleito agora desafiador, eu digo que é a maior eleição do planeta, porque eleição municipal no Brasil, fora tudo o que acontece, o volume das pessoas das pessoas interessadas, não há um cidadão brasileiro nesse iato de Tembo que não vá falar sobre isso, que não vá contar uma



história sobre isso. E de tão intensa que é a dedicação que nós temos a esse trabalho, enquanto sociedade. Um abraço a todos, muito obrigado, e mãos a obra.

[Palmas].

>>[Cerimonial]: Agradecemos as palavras do desembargador Humberto Vasconcelos Júnior, e nesse momento fará uso a da palavra o presidente do TRE de Pernambuco, o desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

>>[Desembargador]: Também fui pego de surpresa, recebi a ordem de abrir a boca e me senti obrigado para isso, porque primeira vez eu senti o medo, por conta do silêncio dos inocentes. Olhe, cada um de vocês que adentraram aqui essa sala, são pessoas altamente inteligentes. Por conta dessa inteligência, altamente comprometidas com a verdade. A verdade tem que ser dita num ambiente, num momento como esse, não estou dizendo que os senhores foram, estão sendo compelidos a falar, mas têm o dever de falar. Não é? Tratamos de metas. Por exemplo, o acervo processual, quais as sugestões para que esse acervo diminua? Para que a prestação jurisdicional seja efetivamente distribuída? Nesse silêncio não, temos aqui 40 pessoas, vinculadas ao direito. As normas da moral, vamos falar a verdade, aquilo que passou ou está passando pela mente de vocês que seja dito aqui. Senão vamos simplesmente encerrar a nossa, essa reunião, esse encontro, e nada do que era para ser dito foi dito. Está certo s, desculpo eB falar assim, mas é meu dever, principalmente como presidente do tribunal regional eleitoral. Os senhores têm, mesmo assim, os senhores têm uma arma poderosa para mudar para melhor, que é o voto, está se avizinando, está chegando o momento, mas os senhores não só têm o voto não, os senhores têm a inteligência, e a obrigação de externar para que tudo isso melhore. Está bem assim? Boa noite. Está encerrado...

>>[Desembargador]: Agradecendo a participação de todas e de todos, declaro então encerrada a Audiência Pública sobre o tema gestão participativa na construção de metas nacionais em consonância com a resolução CNJ 221/2016. Muito obrigado.

[Palmas]